



Handwritten signature in blue ink

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2022 --

Aos dezasseis do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENCAS: -----

O deputado municipal José Fernando do Rego Cordeiro, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Ana Patrícia Teixeira da Silva. -----

O deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Avelino Silva. -----

Face à ausência por motivos de saúde do senhor Presidente da Câmara Municipal, Bruno Miguel de Moura Ferreira, substituído pelo senhor Vice-Presidente da Câmara José Carlos Amorim Carvalho, participou na presente sessão o senhor Vereador Francisco Miguel Barros da Silva Ramos, pelo que se encontravam presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. -----

1-Ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que a sua intervenção inicial surgia para, em nome da Assembleia Municipal, fazer uma proposta no sentido de se fazer uma breve homenagem a alguém que já não está entre nós, uma figura ilustre, o Engenheiro Alfredo Mendonça, que foi uma referência do concelho e assumiu um papel importante, e apresentar à família as respetivas condolências em nome



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

desta Assembleia. De seguida apresentou as suas questões. Referiu que o primeiro assunto resultava de uma questão que tinha já colocado nesta Assembleia relacionada com a questão da Reta da Pena e com a propriedade horizontal dos lotes desta urbanização, questão esta também já levantada, ainda no anterior mandato, pelo deputado Torcato Moura do CDS-PP, no sentido de saber em que consistiam as obras em curso e se existiam intervenções da obra em terrenos privados, nomeadamente em espaços verdes, pertencentes aos condomínios de cada um dos lotes. Referiu que nessa mesma sessão em que o senhor deputado Torcato Moura interveio, o senhor Vereador Paulo Mota tinha afirmado, e passou a citar, «esta obra está desenhada como sendo uma intervenção toda ela em espaços públicos». Considerando que já tinha apresentado esta questão novamente neste mandato e solicitado uma informação pormenorizada sobre a questão em causa, referiu que tinha recebido uma planta fornecida pelo senhor Vice-Presidente com a indicação das áreas dos espaços verdes intervencionados no âmbito desta empreitada. Pela análise da mesma, verifica que existem efetivamente um conjunto de áreas públicas e áreas privadas, pelo que concluía que as declarações proferidas na altura pelo senhor Vereador Paulo Mota não correspondiam à verdade. Isto pressupõe que a candidatura apresentada, aprovada e cofinanciada pelos fundos comunitários teve como pressupostos, na sua opinião, informações erradas, deixando a seguinte pergunta: sendo certos os pressupostos acima referidos, não haverá consequências junto da entidade gestora dos fundos comunitários eventualmente tocantes à devolução de dinheiro indevidamente recebido? Referiu que não podia, enquanto deputado municipal, deixar de estar preocupado com a falta de transparência e de rigor que toda esta problemática envolvia. De seguida passou às questões que queria ver aqui esclarecidas. Em primeiro lugar, quantas candidaturas foram apresentadas e aprovadas aos fundos comunitários desde a tomada de posse deste executivo? Em segundo lugar, por que razão a rede de saneamento da vila, já em funcionamento, não está ligada à estação elevatória construída junto à ponte nova do rio Tâmega pelas Águas de Portugal, permitindo assim a desativação da atual ETAR e a conseqüente anulação do foco de poluição que a mesma provoca? Em terceiro lugar, a quem compete a manutenção do troço da estrada regional 304 entre a ponte nova e a ponte velha? É do conhecimento geral que a Infraestruturas de Portugal, no âmbito da construção da nova ponte sobre o rio Tâmega, procedeu à execução de uma ligação da ponte velha à vila de Mondim. A sua questão vai no sentido de saber se a Câmara vai



gve

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

aceitar como definitiva a obra como ela está executada ou tem intenção de solicitar à Infraestruturas de Portugal que proceda a uma ligação tecnicamente correta. Por fim, estando em execução a instalação da rede de gás natural na freguesia de Mondim de Basto, estando grande parte do traçado já está executado, por que razão nos troços já executados não estão feitas as ligações domiciliárias? -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que o primeiro assunto que o trazia aqui dizia respeito a transportes. Tendo tido conhecimento, a partir de notícias publicadas nos meios de comunicação regional, que o novo serviço de transportes públicos tinha iniciado no passado dia 1 de dezembro, referiu que, estranhamente nada se ouviu ou leu da parte da Câmara de modo a informar os passageiros e a população em geral. Referiu que gostava de ser esclarecido sobre as seguintes questões: estão previstas alterações nos horários e na regularidade? Os autocarros que circulam fazem-no de acordo com os novos horários? Já existe a carreira para Vila Real tal como estava previsto e dessa forma admite-se que está contratado o serviço? Já existe a oferta do transporte a pedido, também como previsto, que irá servir grande parte das aldeias que até aqui não tinham esse serviço? Para quando podemos esperar uma campanha de informação à população? Houve alguma alteração nos descontos que estavam em vigor ao abrigo do programa PART? Este é um processo que já vem desde o anterior executivo e é uma medida promovida em conjunto com a CIM do Ave que assumiu a gestão dos serviços de transporte e que merece ser colocada em prática o mais rápido possível. Passando para outro assunto, questionou quais os desenvolvimentos relativamente à construção da linha de muito alta tensão no concelho, e se, neste âmbito, existiam obras em curso no nosso concelho. Acrescentou que o atual executivo, quando estava na oposição, sempre se mostrou muito preocupado com esta questão, tendo na altura o anterior executivo interposto uma providência cautelar da qual resultou a paragem da obra. Questionou o que fizeram neste momento no executivo para o impedir. De seguida referiu que na última reunião foi colocada a questão sobre a rede de internet nas aldeias em que o senhor Vice-presidente referiu já ter um orçamento, mas que ainda não tinham decidido como fazer essa intervenção, pelo que, passados três meses, questionou no sentido de saber se já tomaram essa decisão. Relativamente às obras na rotunda, compreendem que é impossível haver obras sem causar transtorno, contudo a vila encontra-se coberta de lama, pelo que questionou se não existe o compromisso da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

empresa assegurar o mínimo de limpeza durante as suas intervenções. Referiu também que há duas semanas que não há trabalhadores na obra, a rotunda encontra-se cheia de buracos que põem em causa as viaturas e a segurança de todos. Esta situação de abandono não lhes parece nada normal, principalmente por não haver qualquer alternativa a esta estrada. Referiu que a bancada socialista apelava a que, já que a obra está parada, pelo menos que se deixasse circular o trânsito sem o atual desvio. Questionou também porque é que as árvores do Monte da Paradela que arderam nos incêndios do último verão ainda não foram retiradas, entendendo que o município deve dar o exemplo aos privados e fazer a limpeza em tempo útil. Referiu que na apresentação do último orçamento se verificava a existência de centenas de milhares de euros destinados a projetos durante este ano pelo que gostaria de saber quais os projetos que já foram executados e se o valor previsto foi gasto na totalidade. Para terminar questionou sobre a iluminação na via pois tem reparado que muitos candeeiros se encontram apagados pelo que gostava de saber o que se está a fazer para resolver esta questão. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que a sua pergunta era muito concreta e direcionada ao senhor Vice-Presidente. Tendo-se assistido nas últimas semanas a uma narrativa criada pelo Partido Socialista que aponta para uma situação financeira folgada por parte do município, gostaria de ser esclarecido pelo senhor Vice-Presidente se esta situação financeira confortável existe de facto. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para fazer uma breve referência relativamente ao falecimento do Engenheiro Mendonça, reforçando aqui a intervenção inicial do deputado Fernando Silva. Considera que, em consciência o deve fazer porque fez e representou o concelho, independentemente da opinião que se possa ter sobre o seu desempenho, isso é uma questão que fica com cada um, mas naturalmente que exerceu cargos de Presidente de Câmara, Vereador e Provedor da Santa Casa e portanto, em nome da Assembleia, manifestou à família as condolências e também este registo do reconhecimento pelo trabalho que desenvolveu. Neste momento referiu que não poderiam ir além do que manifestar as condolências e reconhecimento, esperando estar a interpretar o sentimento de todos aqui representados. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara, **José Carlos Amorim Carvalho**, usou da palavra para responder às questões colocadas. Passando às respostas ao deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature/initials in blue ink.

Fernando Silva, em relação às palavras que teve em relação ao Engenheiro Mendonça, manifestou que corroborava completamente a sua intenção e as palavras do senhor Presidente da Assembleia. Em relação à questão da Reta da Pena e à questão da propriedade horizontal, referiu que nesta matéria estava à vontade para falar porque a execução das propriedades horizontais foram da sua responsabilidade enquanto técnico da empresa Emiliano, não como Vice-presidente, obviamente. Existem casos diversos de propriedades horizontais onde os condóminos não têm qualquer terreno e também há aqueles que têm terrenos de jardinagem e de acessos na propriedade horizontal, isso é factual, está nos processos, é só uma questão de consulta. Relativamente ao saneamento de Mondim, referiu que a obra estava concluída, à exceção de uma passagem, quer do gás, quer do saneamento, na ponte do Cabril a que o IEP se opõe. A obra está concluída estando-se a aguardar as ligações das estações elevatórias sem as quais o produto não corre nas vias, estando já ligada, através da ponte nova, à subestação de Veade. Relativamente à instalação de gás que está a decorrer na vila, referiu que ainda hoje tinha falado com o responsável da empresa responsável pela instalação e, contrariamente ao que o deputado referiu, não está quase tudo concluído, ainda nem a metade vai e, portanto, as ligações domiciliárias ficam preparadas mas não vão ser feitas neste momento. Relativamente às questões colocadas pelo deputado Carlos Macedo, começando pela questão dos transportes e a falta de divulgação, referiu que efetivamente ainda não houve divulgação, pois os novos calendários entrarão em vigor no dia 1 de janeiro, sendo que na próxima semana se irá fazer a divulgação dos horários que já foram enviados pela CIM do Ave. Acrescentou que os horários irão de encontro àquelas expectativas das populações e que estará assegurado o transporte direto para Vila Real todos os dias úteis, uma ligação a Vila Chã no transporte do Bilhó, portanto, novos horários mais adequados às necessidades que com certeza o anterior executivo e este acautelaram junto da Cim do Ave. Relativamente à linha de alta tensão, referiu que efetivamente no início desta semana foram informados que já havia movimentações de obra no concelho, tendo sido por si solicitado aos serviços da DPOT que efetuassem uma fiscalização tendo sido detetadas duas situações e que ambas eram no conselho diretivo ou sob jurisdição do conselho diretivo de Vilarinho. Após contacto com o senhor Presidente do Conselho Diretivo de Vilarinho foi informado de que de facto já havia acordo para a concessão. Realçou que ainda decorria uma providência cautelar no tribunal contra esta empresa da REN,



fre

estando-se a aguardar uma decisão. Parece-lhe que só a Câmara é que está a defender os interesses do concelho, pelo que manifestou que gostaria de lembrar que com esta linha de alta tensão a paisagem vai ser alterada, nunca mais será a mesma e o turismo ficará também com certeza alterado. A guerra do executivo será sempre de ter uma contrapartida eficaz e que vá de encontro aos interesses de todos os mondinenses. Manifestou que não ficou agradado que estejam a ser feitos acordos com a empresa enquanto ainda está esta ação a decorrer e que, de qualquer maneira, os serviços jurídicos da autarquia fizeram seguir já uma reclamação nesse sentido, aguardando-se uma resposta. Efetivamente a REN pode negociar como tem feito e é legal, mas não o devia ter feito enquanto está a negociar com a Câmara. Relativamente à internet nas aldeias, confessou que ainda não tinham nenhuma decisão, mantendo-se a informação que tinha dado na reunião anterior. Relativamente à obra da rotunda, referiu que concordava com o deputado mas que o tempo não tem ajudado rigorosamente nada e a obra está pronta a levar o betuminoso. Esclareceu que, nem a propósito, a empresa iria abrir o trânsito todo na Avenida da Igreja, faltando pavimentar para quando o tempo o permitir. Relativamente às árvores do Monte da Paradela, esclareceu que foi feita uma primeira arrematação que ficou deserta e que iria ser promovida uma nova arrematação, até com um preço bastante acessível, porque efetivamente o executivo quer dar o exemplo e quer ter o monte limpo e não deixar o entulho pelo monte abaixo. Relativamente aos projetos previstos, referiu que de facto existem em carteira vários projetos, projetos piloto, para que quando saírem os avisos estarem preparados para as candidaturas. A título de exemplo referiu o projeto do arranjo urbanístico do centro de Atei e do centro interpretativo dos vinhos verdes, o projeto da feira do Bilhó, a requalificação daquele espaço, o projeto da variante externa à vila de Mondim, entre outros e que constam no documento. Relativamente à iluminação da vila, reconheceu que efetivamente tem havido alguns cortes estranhos e esquisitos que já vêm até da altura dos Romeiros que não se compreendem. A anomalia já foi reportada ao diretor regional desta zona e ele próprio diz que não detetam anomalias, mas a verdade é que alguma coisa está a acontecer efetivamente mas a EDP diz que não tem nada a apontar e não encontra anomalias. Relativamente à questão do deputado José Brás quando refere que tem sido noticiado que temos uma situação financeira confortável, reconheceu que de facto isso consta e que iria aqui rebater algumas coisas relativamente a essa informação. É verdade que vão ter na ordem dos 130.000 Euros a menos, todos



Handwritten signature in blue ink

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

os meses, para pagar com encargos de empréstimos e que é verdade que esta herança é boa mas também existe aqui uma herança de muitos problemas, e problemas que são caros. A título de exemplo referiu alguns casos: o aumento dos custos correntes pela inflação; o aumento das despesas com os trabalhos complementares, erros de projetos e revisão de preços, ainda de obras que vinham a decorrer do executivo anterior cujo valor ascende a cerca de 700.000 Euros; algumas indemnizações potenciais a colaboradores; uma indemnização em Tejão por causa de um acidente que houve com um camião; uma indemnização por morte de uma senhora/senhor nas físgas de Ermelo. Estes valores todos somados vai para um total de cerca de 900.000 Euros. Existe também aqui um elefante branco que é a ETA de Atei e a estação elevatória de Bormela, isto porque a estrutura esteve pronta, faltavam na altura cerca de 170.000 Euros para a pôr a funcionar, e desde 2017 que a CCDR e os fundos comunitários ameaçam que a obra tem de estar concluída e até agora ainda não está. Já foi feito o projeto e já existe a quantificação do custo que são cerca de dois milhões de euros para a pôr a funcionar ou podemos dizer que ela não nos faz falta nenhuma e devolvemos o dinheiro à Comunidade Europeia, acrescido de juros, que ultrapassará os quatro milhões de euros. Foi um problema empurrado com a barriga e que agora não dá mais para empurrar, já fomos mesmo ameaçados de que temos de tomar uma decisão e, portanto, este dinheiro vai ter de sair de algum lado e temos de estar preparados para isso. Acrescentou que também foi notória a falta de um seguro eficaz para o que aconteceu, ou seja, foi tudo roubado e não houve um seguro que cobrisse uma situação destas. Para terminar referiu que as transferências do Estado vão ser as mesmas que em 2021. Portanto é esta a situação económica que, por um lado, pode ser mais desafogada, mas é necessário estar com o bolso preparado para fazer face a estes gastos potenciais. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que apenas queria fazer um brevíssimo comentário, não resistindo a fazê-lo, sem entrar em grandes pormenores, à pergunta se a situação financeira da câmara é folgada, diria que é bem mais folgada do que era aquela que o anterior executivo herdou. -----

O senhor **Vereador Paulo Jorge Mota da Silva**, com a anuência do senhor Vice-Presidente da Câmara, usou da palavra para dizer que iria ser difícil não vir intervir em todas as assembleias porque ou o nome ou dos vereadores ou o do Paulo Mota vinham



Handwritten signature in blue ink

sempre à discussão. Relativamente à questão colocada pelo deputado Fernando Silva, referiu que a planta que lhe foi entregue certamente teria a mesma base de informação que aquela que o mesmo tinha no momento em que respondeu ao deputado Torcato há um ou dois anos atrás. Portanto, as respostas que são aqui oferecidas são respostas informadas e referiu que aquilo que obviamente irá fazer, na câmara municipal, será esclarecer isso mesmo e ver se efetivamente existe algum erro e ver em que incorre esse erro, porque também acha que não se pode ignorar, mesmo a intervenção sido bem realizada, se isso é um problema. Referiu que percebia a questão e iria esclarecer a questão. Referiu que tinha ficado preocupado porque afinal a articulação entre o executivo e o CDS era mais rápida do que a articulação entre o executivo e os vereadores do PS mas depois com a intervenção do senhor Vice-presidente ficou ainda mais preocupado, porque, se bem entendeu, a planta foi fornecida enquanto técnico, e que, enquanto técnico, tinha conhecimento profundo deste assunto. Acha que é importante esclarecer se a planta foi entregue numa relação Técnico - Eng.º Amorim - com o deputado do CDS-PP ou se foi uma planta que foi entregue pelo senhor Vice-presidente ao deputado do CDS-PP. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que não tinha sido esclarecido sobre a questão do transporte a pedido, desconhecendo se vai ser levado a cabo ou não. Acrescentou que também lhe custava a perceber como é que uma empresa da dimensão da REN ou da EDP inicie negociações nas costas existindo algum tipo de impedimento legal.-----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que a sua intervenção pretendia esclarecer este assunto relativamente à questão da propriedade horizontal e lembra-se de ter solicitado a resposta aqui, nesta assembleia, pelo que aguardava de alguma forma uma resposta. Esta informação foi-lhe fornecida pelo senhor Vice-presidente, enquanto Vice-presidente, na Câmara Municipal. Portanto não foi a nível individual, foi mesmo enquanto deputado que lhe foram fornecidos estes elementos. É natural depois que tenha procurado perceber o que é que se passava com esta questão e se havia intervenções em zonas que eram privadas, sendo que a única questão era, então, se se fazem obras em espaços que não são públicos, mas são privados, então têm de fazer a todos os munícipes, não podendo andar a tratar de jardins que pertencem a condomínios. Essa era uma questão que era importante a seu ver. Relativamente à questão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature in blue ink

relacionada com a ponte, tem conhecimento que, quando foi feita a nova ponte do Tâmega, havia uma passagem que tem a ver com o acesso que não estava previsto, que depois, de alguma forma, levou uma pequena intervenção num pequeno traçado. A questão vai no sentido de saber se esse traçado vai manter-se como está ou se a autarquia vai de alguma forma implicar que quem devia ter feito e previsto aquele traçado o faça de uma forma correta. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que se tinha esquecido de colocar uma questão que ia no sentido de saber, relativamente à via circular externa, de que maneira é que estavam a pensar financiar visto que o PRR não contempla pagamentos de estradas. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara, **José Carlos Amorim Carvalho**, usou da palavra para responder que relativamente à via circular externa, esta, obviamente, não era elegível em qualquer coisa, o executivo tinha o seu segredo, mas que seria obviamente através do governo central, não havendo outra hipótese, porque se trata de uma verba bastante avultada, mas absolutamente necessária, e portanto, iremos tentar não pela candidatura do aviso, mas por outro lado. Relativamente à tal passagem esclareceu que efetivamente no projeto que foi feito não estava contemplado, foi esquecido, e para já não têm nenhuma ideia para melhorar aquele acesso, nem sabe se é possível. Possivelmente que depois, com a desativação da ETAR, se pode pensar ali numa ligação mais nobre que efetivamente corrobore a sua ideia. -----

1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 30 de setembro de 2022-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 30 de setembro de 2022 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.2- Aprovação da Alteração Modificativa n.º 2 do Plano Plurianual de Investimentos -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para deixar apenas uma pequena nota relativamente a este ponto. Referiu que não é normal estas propostas virem com informações de outras divisões para além da DAF, sendo que neste



h me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

caso vem uma informação anexa que refere que o processo não foi acautelado pela anterior dirigente, pelo que queria questionar o executivo sobre isto. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara, **José Carlos Amorim Carvalho**, usou da palavra para responder que de facto se tratava de um lapso, que o senhor Vereador Paulo Mota já tinha detetado na reunião de câmara, e, infelizmente, voltou-se a repetir, mas que de facto a cópia não tinha que acompanhar a proposta. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da Alteração Modificativa nº2 – Revisão Orçamental nº2 que foi aprovada por maioria com dez votos a favor e onze abstenções.** -----

2.3- Aprovação da Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais ---

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que, sobre a estrutura orgânica dos serviços municipais, gostava de deixar umas palavras para servirem de mote reflexivo. Quando foi feita e aprovada a atual estrutura orgânica, e tendo em conta todos os pressupostos de análise que foram apresentados para a necessidade de se proceder a uma nova alteração, eram conhecidos, nomeadamente, a descentralização de competências, a necessidade de melhorar a qualidade da água, a necessidade de acompanhar com rigor todas as obras estruturantes, a promoção do desenvolvimento, a promoção da cultura, a necessidade de uma maior proximidade dos serviços aos cidadãos, pressupostos com os quais concorda abertamente e claramente. Contudo tem dificuldade em compreender que, volvidos oito meses, se venha a propor uma nova alteração orgânica com base nos mesmos pressupostos que serviram para a atual estrutura orgânica. Em suma, o que é proposto nesta nova estrutura é a anulação de uma divisão e a criação de duas unidades. Será que é com a criação destas duas unidades que se vai dar a resposta aos pressupostos que servem de base para a aprovação desta estrutura orgânica? Ou a questão, estará na forma como as lideranças intermédias não conseguem dar resposta às necessidades reais do município? Questionou se não será mais importante parar para analisar o funcionamento das várias unidades orgânicas em que, umas por falta de meios, outras por incapacidades, não conseguem articular e responder com eficácia aos objetivos pretendidos pelo executivo camarário. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que a sua questão ia um bocadinho de encontro ao que disse o deputado Fernando Silva: como é que se justifica uma alteração, passado pouco menos de um ano, e que as duas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

lg
me

unidades dificilmente se justificam pelo número de colaboradores, questionando que tipo de serviço, responsabilidade ou competências sustentam esta necessidade. Acrescentou que em reunião de Câmara foi pedido que se justificasse a inclusão de um cantoneiro em cada uma das novas unidades, tendo sido dito na altura que o executivo não dispunha da informação para responder e que iria pedir esclarecimentos, pelo que questionou se já dispunham dessa informação que permita esclarecer o que faz um cantoneiro na unidade de desporto e na unidade de património e museus. Questionou também se a unidade de património iria ficar com a responsabilidade do património natural. Relativamente a este ponto, o Partido Socialista considera que a linha orientadora do executivo não é a mais correta. A premissa da delegação de competências já fez parte da última alteração da estrutura pelo que aí se esgota o argumento, contudo insiste-se a num aumento do número de quadros para as várias divisões do município. Continua a não melhorar o número de quadros na divisão de planeamento e ordenamento do território, nomeadamente na área dos licenciamentos e obras que tanto criticaram quando estavam na oposição e que agora, passadas duas alterações da estrutura, não só não aumentaram, como reduziram os lugares de quadro. Na sua opinião, seria muito mais importante a contratação de operacionais de rua do que continuar a encher todos os corredores da câmara com gabinetes e quadros com formação superior. Esta política vai certamente comprometer a despesa corrente, não só do atual mandato como dos vindouros, pelo que se apresenta como um caminho muito irresponsável que está a ser trilhado com consequências graves na situação financeira futura do município. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara, **José Carlos Amorim Carvalho**, usou da palavra para responder à questão colocada anteriormente pelo deputado Carlos Macedo relativamente ao transporte a pedido dizendo que, efetivamente, existe a possibilidade de transporte a pedido, ou seja, se no fim-de-semana houver um pedido, existe o transporte para Vila Real também. Quanto à questão da orgânica informou que iria dar aqui a ideia que o executivo tem e iria responder da mesma maneira quer ao deputado Fernando Silva, quer ao deputado Carlos Macedo. Entende que a orgânica do pessoal é uma coisa dinâmica, ou seja, tem de se adequar, uma pessoa dá um passo, se o passo for mal dado tenta-se corrigi-lo. Efetivamente, como o deputado Carlos Macedo disse, e bem, há uma nova realidade interna que tem a ver com a transferência de competências, e, ainda hoje, recebemos uma comunicação de que a área da saúde também vai cá cair, portanto



Handwritten signature in blue ink

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

possivelmente vamos ter de alterar mais alguma coisa. O executivo entende que as áreas do desporto e da cultura e património devem funcionar de modo autónomo, não faz sentido estarem numa unidade que não tem nada a ver, é por isso que se propõe esta criação. Relativamente às despesas referidas, efetivamente vamos perder um chefe de divisão e ganhar dois chefes de unidade. Em termos de ordenados um chefe de divisão ganha cerca de 2.700€ e um chefe de unidade ganha cerca de 2.000€, mas, se eles forem aproveitados cá de dentro, as contas não se podem fazer assim diretas, portanto pode não constituir um aumento de custo. Resumindo, acha que esta proposta é uma necessidade para que os serviços funcionem mais ligeiros, trata-se de um modelo de trabalho que é uma opção para conseguirem o bem-estar e a eficácia de todos os mondinenses, sendo esse o objetivo do executivo com esta alteração. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação a proposta Aprovação da Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais que foi aprovada por maioria com nove votos a favor e doze abstenções.** -----

2.4- Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2023 -----

O senhor Presidente da União de Freguesias de Campanhó e Paradança, **Joaquim Augusto Silva Pereira**, usou da palavra para dizer que, no que diz respeito ao orçamento para 2023, quer acreditar que os compromissos assumidos com a junta de freguesia no que diz respeito à delegação de competências, assim como à construção da casa mortuária em Paradança, sejam integralmente cumpridos sem mudança de rumo das verbas às quais foram destinadas. Queria também salientar a negociação em que chegaram a acordo das verbas destinadas às juntas de freguesia, reconhecendo que foi interessante tanto para o município como para as juntas, e quando assim é ficamos todos a ganhar. Por tudo isto o seu voto irá ser favorável ao orçamento. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que, pela segunda vez neste mandato, o presidente da junta de freguesia, na sua pessoa, irá votar a favor o orçamento. Com esta aprovação entende que o executivo camarário está em condições de efetuar várias obras urgentes na freguesia de Atei, como por exemplo a estrada da floresta que liga Suídro a Carvalhais de Baixo e a algumas pedreiras, o centro da freguesia, os loteamentos, a estrada municipal 312 e outras obras que nas reuniões de preparação do orçamento foram frisadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature in blue ink

Dirigindo-se ao senhor Vice-Presidente referiu que a freguesia de Atei contava com ele, como todo o concelho, tendo a certeza que se as negociações feitas não falharem todos farão um bom trabalho. Se tudo o que nós combinarmos for bem feito, a freguesia e o concelho irá para a frente. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que se estava aqui a debater o orçamento e o plano de atividades para o ano de 2023, com um orçamento de aproximadamente catorze milhões de euros, tendo sempre a expectativa que o mesmo responda às necessidades mais prementes do concelho e abra horizontes para um novo caminho de investimentos que permitam alavancar o crescimento económico, potenciar a economia, a criação de emprego, a fixação da população, a valorização do território e todos os seus recursos naturais e endógenos. Aquando da preparação deste documento, na apresentação das propostas do CDS-PP junto do executivo, referiu que defenderam, e defende, que a estratégia teria de passar por medidas estruturantes que trouxessem atratividade e potenciasses todos os nossos recursos. Defendem que o principal objetivo de qualquer plano de atividades e orçamento é o de proporcionar condições que dinamizem o tecido empresarial com a respetiva criação de riqueza e conseqüente melhoria das condições de vida dos mondinenses. Nesse sentido importa criar um plano de intenções que responda a esses objetivos, como por exemplo: a elaboração de um projeto de renovação da nossa mancha florestal; a execução de uma via externa de circulação para retirar fundamentalmente o trânsito pesado do centro da vila; a elaboração de um projeto integrado de valorização, dinamização e preservação do Monte Farinha e das quedas de Água das Fisgas de Ermelo, unanimemente considerados dois eixos estruturantes na área do turismo; uma definição e uma solução definitiva para a Casa da Igreja; a reabilitação da ETA de Suídro com ligação a todas as nascentes de águas existentes na sua envolvência; a desativação da ETAR de Mondim, acabando assim com a fonte de poluição que a mesma provoca no Rio Tâmega e que tanto nos envergonha; a pavimentação das vias municipais degradadas, ou seja, praticamente todas; o arranjo urbanístico da zona ribeirinha do Rio Tâmega e Cabril, de forma a aproximar este rio da vida dos mondinenses; a reabilitação dos Açudes do Tâmega de forma a criar espelhos de água permanentes que potenciem a prática de desportos náuticos, como o caso do remo; a criação de praias fluviais nos rios Tâmega, Cabril e Olo; a construção de uma piscina coberta aquecida; a reabilitação do património edificado; a reabilitação e



Boque

construção de habitação a custos controlados; a efetiva melhoria das condições de vida das nossas populações nos campos da educação, da saúde e do desporto; o apoio efetivo a associações; E tantas, e tantas outras intenções que seria moroso aqui referir. Apesar das muitas intenções previstas neste plano, tem de haver um compromisso claro sobre o que se quer concretizar efetivamente em 2023, que é o que efetivamente está em análise. É nesta expectativa que se revê em algumas das ideias que agora são apresentadas e merecem o seu melhor acolhimento, mas não podem ficar satisfeitos com a intenção de projetos, querendo exigir mais, querendo que essas intenções passem para a fase seguinte, ou seja, para a da sua efetiva concretização. Numa análise cuidada do documento apresentado ficam com essa dúvida. Dotar algumas intenções consideradas estruturantes com verbas simbólicas de 100 Euros para o ano 2023 ou outras com os mesmos 100 Euros para 2024 ou para 2025, indica que estamos ainda na fase do planeamento, desconhecendo os custos do projeto e o enquadramento da candidatura. Entendem a razão da dotação de algumas intenções com verbas simbólicas, mas tantas apenas obriga a pensar nas que são efetivamente representativas e primeiras opções. Não podem ser cometidos os mesmos erros e insistir em estratégias que falharam, insistir no erro que outros cometeram só pode conduzir ao fracasso. Já não há desculpa para a falta de desenvolvimento, como se ouviu sucessivamente ao longo de muitos anos, para a falta de investimento com a pesada herança da dívida. Também neste documento importa considerar o peso considerável que este atribui aos custos com pessoal, esta variável tem um valor bastante significativo tal como os apoios sociais, as avenças e os subsídios a atribuir dos quais muitas vezes não se vê qualquer tipo de retorno. Ainda assim, para que haja uma capacidade para responder aos desafios que se colocam ao concelho, é necessário ter gente qualificada, mas nas áreas prioritárias de desenvolvimento com capacidade técnica adequada às suas funções e com os meios necessários para atingir o objetivo a que o executivo se propõe alcançar. Se apostamos no turismo, na floresta, ou na indústria temos de ter gente capaz nestas áreas para planear e ajudar a executar, ter muitos gabinetes, por si só, não torna produtivas as necessidades, prioridades e objetivos que se pretende alcançar. Motivar, envolver e selecionar os melhores recursos humanos cabe ao executivo, nomeadamente na sua reestruturação orgânica, esperamos que seja assim, estamos na esperança de que estes projetos não fiquem reduzidos a ilusórias intenções, mas que sirvam para a afirmação do potencial turístico, industrial e florestal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

to
me

do concelho e de projetos estruturantes e mobilizadores que devolvam a esperança e o futuro à nossa terra. Para conclusão, importa referir que as obras que se encontram em curso não podem continuar a passar de ano para ano sem que se vislumbre uma conclusão das mesmas, obras como o loteamento da Tapada da Telha, da ampliação da rede de saneamento da vila de Mondim de Basto, da rede de saneamento de Atei ou da ligação do Bairro Novo à Barca não podem andar a ser executadas a passo de caracol. Neste campo terá de haver da parte do executivo uma intervenção muito mais competente, eficiente e célere que definitivamente dê estas obras como concluídas. Nesse sentido, e apesar das reservas expostas, e porque acreditam na vontade de juntos conseguirem que a era da estagnação que se vive desde 2009 finalmente chegue ao fim, o voto do CDS-PP é um voto que exprime a sua preocupação com os desafios que se impõem, mas também com a responsabilidade de não se excluir, dando mais uma vez o benefício da dúvida ao atual executivo. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, relativamente ao orçamento para 2023, queria deixar aqui algumas questões mais concretas antes de falar numa análise global ao que é o PPI e o plano aqui previsto. Face ao orçamento do ano passado, questionou a que se deve a diminuição de 200.000 Euros na educação, e em sentido contrário, o aumento de 600.000 Euros em serviços culturais, recreativos e religiosos? Em que medida é que aquilo que definem como pilares estratégicos podem ser levados a sério quando grande parte dos projetos elencados no documento continuam com dotações simbólicas? Pior, quando se percebe que não há a mínima possibilidade de dotar uma décima parte, se tanto, em fevereiro com a inclusão do saldo de gerência. Isto só demonstra que não tem havido planeamento e trabalho nestas áreas que continuam a figurar apenas como projetos de intenções, mas que na prática nada tem sido feito para operacionalizar. Referiu que o deputado Fernando Silva já tinha falado da via circular externa, podendo-se falar da piscina coberta que também está com a dotação dos 100 Euros e por aí adiante, tendo em conta que são aquilo que está definido no orçamento como pilares estratégicos. Não encontram no PPI, nem mesmo com 100 Euros, os projetos das praias fluviais do Cabril e de Vilarinho nem a valorização das quedas do rio Cabrão, projetos que constam no PPI do ano passado e que, ao contrário da maioria dos projetos, não transitam, questionando qual o motivo. Este não é de todo um documento no qual se reveem. Ao final de um ano a trajetória de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

gve

consolidação das contas públicas de rigor foi completamente alterada e julgam que são deveras preocupantes, mas reconhecem a disponibilidade para negociar e acomodar algumas das propostas do Partido Socialista, bem como dos presidentes de junta, a negociação que continuou depois da aprovação do documento em reunião de câmara e que, por isso, não estão vertidas neste documento mas que merecem o seu voto de confiança. Estarão por isso atentos no ano de 2023 e reivindicarão a concretização desses mesmos compromissos. O apoio à natalidade é disso exemplo, com o acordo assinado entre as várias forças políticas no resultado de um processo de negociação e que terá de ser concretizado em 2023. A revisão do apoio ao transporte aos alunos do ensino superior por forma a que esta medida possa ser alargada a mais alunos, corrigindo assim as injustiças que atualmente provoca. A manutenção dos valores cobrados pela prestação dos serviços básicos é um compromisso importante atendendo à conjuntura económica atual, mas irão exigir a concretização das medidas que, de acordo com a informação prestada, estão neste momento a ser preparadas como o vazamento gratuito das fossas, um compromisso do PSD, e a atribuição da tarifa social dos referidos serviços básicos a todas as famílias que usufruem atualmente da tarifa social de energia. O compromisso de não aumento das rendas sociais e o reforço do programa de apoio ao arrendamento são também iniciativas que propuseram e saúdam a sua concretização. Não os convence a resposta às suas propostas em relação ao associativismo, mais do que um reforço, importa cumprir com o estipulado nos regulamentos em vigor ou então assumir a sua revogação e acima de tudo rever prioridades. É importante que, num momento de maior disponibilidade financeira, os reforços dos apoios atendam a prioridades do concelho. O recente exemplo é a manutenção do valor normalmente atribuído aos Bombeiros Voluntários que confronta com reforços generosos a outras áreas, o que não é de todo compreensível. Congratulam-se com o anúncio do procedimento para o troço da via municipal da Anta ao Bobal, mas gostariam de ver o anúncio da ligação de Suidros a Carvalhais de Baixo. Sabem que há valor para investir na rede viária, não sendo sua pretensão propor obras para que consumam a totalidade desse valor, mas estarão atentos para perceber se efetivamente o dinheiro será empregue em situações prioritárias. A construção dos passeios na praça de Atei, a intervenção em cruzamentos considerados perigosos, como Bormela e Sobreira de Mondim, fazem parte do conjunto de intervenções por si propostas e como tal congratulam-se com a disponibilidade para as



to me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

considerar. No que concerne à pintura das estradas, preocupa-os a informação de que está em curso e que aponta para procedimentos para a execução da pintura da nacional 304, admitindo que seja apenas no troço onde decorrem os trabalhos de saneamento, bem como na Senhora da Graça. É urgente a pintura das estradas de Ermelo ao Barreiro, de Campanhó ao Alto Velão, do Bilhó a Lamas de Olo, entre outras, onde a pintura irá aumentar o nível de segurança dessas vias. As negociações em curso com as freguesias, delegação de competências, e transferências para investimentos, e por isso sem que os resultados estejam vertidos neste documento, permitem-lhes ter uma perspetiva positiva e esperam que seja concretizada já na próxima assembleia municipal. Por fim, referir a inclusão da zona industrial de Bormela, contudo um processo que lhes parece lento demais, a disponibilidade para avançar com parcerias para a construção de loteamentos urbanos, a informação de que foi apresentada a candidatura para a construção de um centro de recolha animal, projeto que não consta no PPI, mas são também para eles pontos positivos. Quando analisados os números globais este é um documento que os preocupa imenso e deixa bastantes reservas, mas darão o benefício da dúvida mais uma vez. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara, **José Carlos Amorim Carvalho**, usou da palavra para dizer que viver em democracia é também saber negociar e ouvir os outros. Encetaram algumas negociações, quer com os partidos, quer com os presidentes de junta, porque havia algumas feridas para curar. Lembrou, por exemplo, que no incentivo à natalidade, efetivamente, toda a gente concordava, pouco lhe interessando neste momento quem foi o pai da criança, interessa é que foi uma boa medida e está aí o resultado, vai beneficiar as pessoas, e vão pensar que se podem fixar aqui e ter mais qualidade de vida, isto é um exemplo. Outro exemplo da democracia foi a negociação que tiveram com os presidentes de junta, em que o executivo tinha criado, e está criado e lançado, um programa que se chamava acesso para todos e que, no primeiro ano, efetivamente, não correu muito bem, e não correu muito bem até por falta de meios dos próprios serviços, não podem acudir a projetos para todos eles, alguns atrasaram-se imenso e chegaram agora ao fim do ano, com o tempo não se puderam fazer, mas eles estão aí, e vão ser feitos, terão esses retroativos. Os presidentes de junta que quiserem eles próprios, neste programa, assumir esta condução podem fazê-lo, não tem problema nenhum, o dinheiro não é do executivo, o dinheiro é de todos nós, nós é que temos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

me

responsabilidade de o gerir em condições, incluindo os presidentes de junta. Já teve respostas dos presidentes de junta, uns querem a 100% e outros nem querem ouvir falar. São ideias e cada um é livre de escolher o melhor caminho para os seus municípios. Particularmente agradeceu as palavras do Senhor Pereira e do Senhor Agostinho, elas não são dirigidas a mim, são dirigidas, com certeza, ao executivo. Relativamente ao deputado Fernando Silva, referiu que é claro que não ficam satisfeitos com o que têm aqui, queriam ser mais ambiciosos, mas é preciso estar precavidos e uma das lutas que o executivo tem é a rede viária, só que a rede viária é uma coisa que não é candidata em lado nenhum, tem de ser sempre do nosso bolso. Considera que o concelho de Mondim tem quatro entradas e quatro saídas: tem para Celorico, que está feita; tem para Vila Real, que é da jurisdição do IEP; tem para Vila Real, em que vamos melhorar, como disse o Carlos Macedo e bem, a estrada de Anta até ao limite do concelho, a Lamas de Olo que está a necessitar imenso; e temos a estrada que nos liga a Ribeira de Pena mas esta ainda vai ficar um caos porque vai ter um saneamento que vai do Cilindro até Parada que vai dar cabo da estrada toda. Depois temos a que vai da Serra até ao Bilhó, que infelizmente, é o que é, não dá para fazer uma estrada nova nem deitar casas abaixo para a alargar, mas quem sabe, um dia conseguiremos fazer uma variante externa também a esses lugares para irmos mais diretos para o centro do distrito. Também encetaram diálogo com o Partido Socialista e com o CDS, e numa avaliação que fizeram com os próprios membros do Partido Socialista, acha que têm as mesmas ideias para o concelho, podem é ter métodos diferentes de chegar lá. O professor Fernando falou no programa do IRU, que são construções de habitação a custos controlados, não é habitação social. Referiu que tinha a dizer que estavam a candidatar o hotel das rãs para esse fim, que irá criar ali 18 unidades, e vai ser uma mais-valia para os jovens casais que se queiram instalar em Mondim pois vão ter ali acesso a bons apartamentos. Em relação à pintura que o Deputado Carlos Macedo falou, a pintura da Estrada Nacional 304 na fase que foi refeita de novo não constava no projeto a execução da pintura e, portanto, vai ter de ser feita agora, aliás, já está adjudicada à cerca de um mês, o tempo é que não deixa fazer, mas a responsabilidade depois é sempre do Instituto de Estradas de Portugal. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para fazer uma última referência, até aproveitando de alguma forma as palavras do senhor Vice-Presidente, e dizer que ficou satisfeito, particularmente, quando foram chamados a discutir algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

*J
me*

ideias e percebeu claramente que havia aqui um sentido comum de querer pensar o bem do concelho. Referiu que quando falou na pavimentação aquilo que gostava que o orçamento espelhasse é um bocadinho mais de rigor no sentido de saber o que é que em 2023 está previsto, o que é quem 2024 está previsto, o que é que em 2025 está previsto, e na conversa que nós tivemos, o que foi dito é que é perfeitamente justificado que a pavimentação é algo muito caro, mas referiu que se conseguir perceber que em 2023 há um conjunto de investimentos que vão ser alocados a esta área e que vão ser executados, já seria muito bom. Acha que muitas vezes olham para os orçamentos e os orçamentos repetem-se como se fossem as mesmas obras e como se estivessem a fazer coisas que sucessivamente já estão definidas e continuam a ser feitas, e na sua perspetiva um orçamento tem de definir claramente as prioridades que são para 2023. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, consubstanciando-se uma análise ao documento apresentado pelo executivo, chegam rapidamente à conclusão de que o orçamento para 2023 preconiza uma grande diminuição do investimento e o aumento radical da despesa corrente, falam de um aumento da despesa corrente de aproximadamente dois milhões de euros, e em sentido contrário uma brutal redução no valor de investimento na ordem do milhão e meio de euros. Importa referir que a redução do valor do investimento só não é pior porque transitam para 2023 um conjunto de obras adjudicadas em 2021 pelo anterior executivo que já deveriam ter sido concluídas, a saber, o pavilhão, a ETAR de Atei, entre outras. A contribuir para o referido aumento da despesa está o aumento dos custos com pessoal que ascende a um milhão de euros, que de todo não se justifica com a transferência de competências. Falam de opções políticas, de contratação de pessoal, muitos deles de prioridade questionável, algo que se confirma por não se vislumbrar nenhuma melhoria significativa dos serviços da autarquia. Num ano de aumento dos recursos próprios que resultam do fim do empréstimo de saneamento financeiro e do aumento do valor das transferências de estado, esses valores são completamente consumidos pela despesa corrente, também chamadas muitas vezes de gorduras, ao ponto de obrigar a uma redução do investimento. Mais dinheiro disponível deveria significar uma distribuição criteriosa, proporcional e acima de tudo de acordo com as reais prioridades do concelho. Aquilo que têm vindo a assistir e que este orçamento antecipa é a confirmação de uma política que aumenta os gastos exponencialmente em algumas áreas: pessoal, avenças,



10
SME

festas, animações, consultorias, projetos, serviços externos; e diminui o investimento em áreas prioritárias como: a requalificação e manutenção da rede viária, os sistemas de abastecimento de água e saneamento básico, equipamentos e infraestruturas. Não obstante, tendo em conta a inclusão de algumas reivindicações do Partido Socialista no orçamento aquando da auscultação prévia realizada pelo executivo aos partidos, e considerando que nunca foram uma força de bloqueio ao programa deste executivo, deixarão a avaliação deste tipo de política para os mondinenses no momento certo. A exemplo do ano passado, e ao contrário do que muitas vezes se tenta passar, voltam a viabilizar o orçamento, portanto não há motivo para que se tente passar a mensagem que o Partido Socialista é que não deixa fazer as obras, isso é falso. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta **Aprovação Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2023** que foi aprovada por maioria com catorze votos a favor e sete abstenções. -----

2.5- Receitas Municipais – Definição de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e adesão do Município de Mondim de Basto ao IMI Familiar -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que o Partido Socialista entende que havendo disponibilidade do executivo para manter o IMI familiar o devem acompanhar, mas importa sempre alertar que deveria haver um esforço para encontrar medidas proporcionais para as famílias que não possuem casa própria e que pagam renda. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta **Receitas Municipais – Definição de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e adesão do Município de Mondim de Basto ao IMI Familiar** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.6- Receitas Municipais – Participação variável no Imposto sobre rendimento das pessoas singulares (IRS) - Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2023-

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta **Receitas Municipais – Participação variável no Imposto sobre rendimento das pessoas singulares (IRS) - Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2023** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.7- Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2023 -----



to
SME

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta **Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2023** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.8- Afetação para integração no domínio público municipal - Retificação do traçado do caminho municipal entre o lugar de Ponte da Barca e o Bairro Novo – Atei -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta **Afetação para integração no domínio público municipal - Retificação do traçado do caminho municipal entre o lugar de Ponte da Barca e o Bairro Novo – Atei** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.9- Aprovação do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que, a este respeito, queria apenas parabenizar mais uma vez, e reforçar que finalmente estão reunidas as condições para uma votação favorável por parte do Partido Socialista a esta medida. Esta decisão foi tomada após um conjunto de negociações em que se conseguiu chegar a um acordo para um apoio extraordinário para todas as crianças até aos 3 anos de idade, com efeitos a partir de dia 1 de janeiro de 2022. Acrescentou que registavam por este meio a abertura do executivo para que esta ronda de negociações interpartidárias permitisse desbloquear este impasse, chegando à conclusão de que, de forma indiscriminada, todas as crianças até aos 3 anos de idade vão ter direito a um apoio. ----

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que o PSD, mais do que pretender discutir a paternidade da medida, pretendia realçar a sua importância para a vida dos jovens casais mondinenses. Relembrou que no ano de 2021 nasceram 25 crianças, o número mais baixo dos últimos 12 anos. Reconheceu que não é apenas pelo valor deste incentivo que os casais vão decidir ter uma criança, mas será seguramente uma ajuda que os fará avançar, sabendo que têm no município de Mondim de Basto alguém que os vai acompanhar e ajudar nesta que será mais uma das fases mais importantes das suas vidas e também aquela em que necessitam de mais apoio das instituições públicas. Referiu que para a bancada do PSD era um enorme orgulho votar favoravelmente a proposta, podendo dizer que são pioneiros num apoio desta natureza e valor. De forma decisiva o executivo municipal mostra empenho em iniciar uma política de inversão do despovoamento do concelho. Este incentivo constitui uma



X
SME

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ação decisiva para a fixação dos jovens no nosso concelho que, acompanhada de outras medidas implementadas e a implementar por este executivo, vai permitir iniciar um período de aumento da natalidade e da população residente em Mondim. O PSD apoia este incentivo a 100% desde o primeiro momento. Também a pensar nas famílias mondinenses com crianças nascidas antes de 1 de janeiro de 2022, e que ainda não tenham completado 3 anos até essa data, vai ainda ser possível atribuir um apoio extraordinário no valor de 300€ no ano de 2023 e igual valor no ano de 2024. Reconhecem o empenho em melhorar as condições das famílias mondinenses que ultrapassarão com menos dificuldades os tempos que se aproximam. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que queria fazer uma intervenção sobre este ponto por considerar que o deve fazer em consciência, fê-lo na altura quando a primeira proposta foi aqui apresentada, na altura houve aqui uma acesa troca de argumentos, e acha que, passado este tempo todo, também concorda que não é preciso aqui saber quem é o pai da criança, mas acha que era escusado ter-se perdido tanto tempo nesta discussão e podia-se na altura ter chegado a este acordo. Alguém recuou, alguém apresentou os argumentos que foram aceites e, portanto, acha que nestas situações era perfeitamente evitável chegar a este ponto, mas naturalmente terminou congratulando-se com o facto de se ter feito este acordo, e do executivo ter abertura para poder negociar esta proposta que não é uma proposta exatamente completa, mas é uma proposta que, quando há uma negociação, naturalmente tem de haver uma repartição de esforço, e isso existiu. Queria congratular-se por isso, e fá-lo apenas neste ponto porque na altura também o fez. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **proposta Aprovação do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.10- Aprovação do Regulamento Municipal Mondim + Solidário -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **proposta Aprovação do Regulamento Municipal Mondim + Solidário** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.11- Relatório Semestral dos benefícios concedidos aos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções, foi deliberado tomar conhecimento do **Relatório Semestral dos benefícios concedidos aos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto.** -----

2.12- Informação do Executivo -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para deixar uma pequena nota relativamente às iniciativas do município em que algumas estão com dotação, outras não, pelo que considera que era importante saber-se o valor em todas elas.

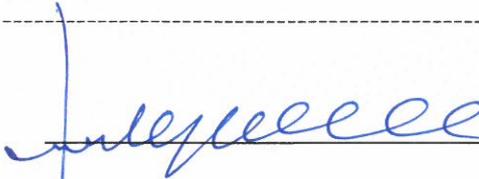
2.13- Intervenção do público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às dezanove horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 24 de fevereiro de 2023, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----



Emília Gonçalves
